

O choque da liberdade

José Carlos Graça Wagner

Um novo choque na economia brasileira. Heterodoxo? Ortodoxo? Um e outro, na realidade, são farinha do mesmo saco da tecnocracia, por ser uma derivação típica da idéia de que o econômico é o centro e raiz da vida humana. Vivemos, após Marx e Keynes, um mundo economocêntrico, que substitui o homem e suas faculdades, materiais e espirituais, pelos sacerdotes da economia (Marx e Keynes) e do direito (Kelsen) e pelos seus discípulos — tecnocratas da economia e do direito — no melhor estilo do positivismo filosófico de Augusto Comte, que deitou raízes no Rio Grande do Sul e, com o Estado Novo, espalhou-se pelo Brasil, no terreno fértil da formação positivista ministrada por oficiais franceses ao Exército Brasileiro, nos idos do Império.

Estamos no terreno da disputa de técnicas. A especulação filosófica, a que mesmo o analfabeto tem acesso — a sabedoria popular é prova disso, porque filosofia é essencialmente vida e realidade —, foi substituída pela experimentação técnica, reservada a um círculo fechado, a que tem acesso apenas a burocracia estatal, permanente ou adventícia, além dos integrantes da oligarquia política que sempre dominou o País, debaixo de mais variadas vestes. Primeiro, tal domínio se processou através da administração direta, pelo uso e abuso do poder de nomear e de utilizar-se da máquina administrativa para manter o poder político, sem saber o que fazer dele, em termos de Bem Comum.

Depois, o domínio se expandiu através do dirigismo econômico, de sentido populista, com o objetivo de anestesiar as populações, em relação à ineficiência do Estado e à falta de uma real política de modernização e de acesso de todos à liberdade econômica, com o uso do poder de criar que caracteriza o ser humano. O populismo praticamente obriga a todos a serem funcionários públicos ou empregados assalariados, pelo desestímulo ao empreendimento próprio, ao negócio próprio, em razão da parafernália de exigências e obrigações pretensamente sociais que desaba sobre os que se aventuram a empreender economicamente. Na realidade, a legislação social, através de contribuições de toda espécie, desde a sindical, o Finsocial, o PIS-Pasep, o FGTS e tantas outras, é instrumento de arrecadação de recursos para o Estado, que com eles mantém máquina burocrática excessiva, que gasta parte substancial dos recursos que, em tese, seriam destinados aos carentes, dentro da falsa "opção pelos pobres", que caracteriza a política oligárquica, a qual, ao fim e ao cabo, é uma opção pela pobreza permanente, dominada pelo paternalismo complacente dos governantes, sustentado, todavia, pelos que, apesar de tudo, se dispõem a produzir bens e serviços neste país.

Na seqüência dessa doença oligárquica, que elimina a capacidade do organismo nacional de manter-se imune à invasão do vírus do cartorialismo, do filhotismo, do nepotismo, do fisiologismo, do ideologismo festivo, do nacionalismo preconceituoso e invejoso e de tantas outras infecções, houve um avanço sobre as empresas estatais, que passaram a servir a objetivos de expansão do poder da política oligárquica, agora já dentro do processo econômico, sem, porém, qualquer com-

promisso com a racionalidade econômica nem com a realidade ou natureza das coisas.

Pelo contrário, as empresas estatais são também vítimas do processo espoliativo exercido, com ou sem consciência disso, pelos detentores da máquina do poder do Estado e de seus protegidos, geralmente aquinhoados, na atividade privada, com as "benesses" do dirigismo estatal, reduzindo, ainda mais, a expressão da iniciativa privada no País, pela extrema dependência, de largo setor deste segmento, às autoridades dos organismos ditos de planejamento econômico ou social.

A única forma de defender as estatais da corrosão, por dentro, de suas vitalidades, é privatizá-las, para libertá-las da sua utilização indevida para fins que contrariam a sua razão de ser.

O que o País precisa é de um Choque da Liberdade. Não será fácil, pela falta de hábitos adequados. Acostumamo-nos a uma economia aparentemente sem riscos. O Estado, de um modo ou de outro, cobre os prejuízos, através de monumental déficit público. Na realidade, quem paga é a sociedade. Não só o lucro dos empreendedores, mas também o salário dos trabalhadores suportam o desperdício e a megalomania dos governantes. A miséria nacional não é provocada pelos preços elevados mas pelo vultoso desperdício da máquina do Estado, que provoca a alta dos preços até pela abusiva cobrança de impostos, transparentes ou disfarçados, como são a inflação, a tablita e outros artifícios técnicos dos laboratoristas econômicos, com ou sem PhD. A caderneta de poupança, garantida por um, dois ou mais governos, afasta milhões de brasileiros da iniciativa econômica própria, porque esta é arriscada e aquela não. Na aparência, pois o risco é pago pela Nação, como um todo. Mas a caderneta de poupança interessa ao governo, porque é ele que põe e dispõe sobre os seus recursos, embora assuma, em nosso nome, a imensa dívida interna gerada pelo pagamento da correção monetária e juros sem produção correspondente para suportá-los.

Precisamos de um banho de liberdade para que, em primeiro lugar, o seu uso gere responsabilidade. Liberdade quer dizer assumir os riscos da própria decisão e isso significa pagar o preço da liberdade que é a responsabilidade pelas consequências dessas mesmas decisões. O País só adentrará à era da responsabilidade quando tiver acesso à era da liberdade econômica.

Com todos os riscos, próprios da liberdade, só ela dará os remédios necessários para sairmos da crise total em que a oligarquia nos envolveu.

Por isso, o novo pacote econômico nada mais é do que uma nova dose de dirigismo econômico "sob nova direção", ou seja, com mudanças de minúcias técnicas, mas sempre a partir de uma concepção que adota o absolutismo estatal sobre o processo econômico, a partir de um controle sobre todos os elementos formadores de preço, como se a ineficiência comprovada do Estado nas matérias que lhe são próprias se transmutasse em clarividência indiscutível quando se dispusesse a disciplinar a economia privada, que, junto com os trabalhadores, paga todas as contas neste país.

Liberdade de empreender e liberdade de trabalhar, eis a receita para o Brasil-Potência que agora é quase o Brasil-Falência.